

## O Brasil e o mundo

Artigos de Léo Lince, Marta Skinner, Lejeune Mirhan e Edson Peterli versam sobre o assassinato de Bin Laden, a política externa brasileira, os levantes nos países árabes e o Mercosul, neste admirável mundo da década de 10.



**Paulo Passarinho critica os primeiros cem dias do governo Dilma e Paulo Metri a 11ª rodada de leilões da ANP; FPO examina a Função Saúde.**

## Editorial

## O Brasil e o mundo

■ O mês de maio começou com a cinematográfica, inesperada, obscura – para não dizer ilegal – operação estadunidense em Abbotabad, no Paquistão, que resultou no assassinato de Osama bin Laden, um daqueles momentos na história em que a realidade “bota no chinelo” o mais mirabolante thriller hollywoodiano.

Uma reflexão sobre esta operação, assinada pelo sociólogo Léo Lince, abre esta edição do JE dedicada a discutir alguns aspectos do mundo nesta recém-iniciada, mas já bastante conturbada, década de 10 do século 21.

No segundo artigo deste bloco, Marta Skinner, da UFRJ, analisa a política externa do governo Dilma, questionando se houve realmente uma mudança em relação às diretrizes da administração anterior, como afirmam insistentemente notórios colunistas da mídia nacional.

Na sequência, o arabista Lejeune Mirhan contextualiza as revoltas populares nas monarquias absolutistas e repúblicas ditatoriais no mundo árabe, em artigo que apresenta dados relevantes e evita conclusões açodadas.

Edson Peterli Guimarães, coordenador do Ecx da UFRJ, fecha o bloco temático com um inventário sobre os vinte anos do Mercosul.

Na segunda parte da edição, Paulo Passarinho, conselheiro do Corecon-RJ e apresentador do Programa Faixa Livre, da Rádio Bandeirantes AM, faz uma crítica ácida da política econômica dos primeiros cem dias da administração de Dilma.

Paulo Metri, conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros, põe em xeque o Ministério das Minas e Energia (MME) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP) pela decisão de marcar para setembro a 11ª rodada de leilões de áreas para a exploração de petróleo.

Já o Fórum Popular do Orçamento (FPO), após ter promovido debate para comemorar o Dia Mundial da Saúde, analisa os orçamentos da função saúde do Município e Estado do Rio de Janeiro.

Concluindo a edição, o Corecon-RJ convida para o Encontro de Economistas do Sudeste, que acontece de 15 a 17 de junho no auditório da Firjan, na avenida Graça Aranha, nº 1, no Centro do Rio.

## SUMÁRIO

- 3 O Brasil e o mundo  
Léo Lince  
**A vitória do terror**
- 4 O Brasil e o mundo  
Marta Skinner  
**Existe uma nova Política Externa?**
- 6 O Brasil e o mundo  
Lejeune Mirhan  
**O Oriente Médio e a Nova Geopolítica Mundial**
- 8 O Brasil e o mundo  
Edson Peterli Guimarães  
**Vinte anos de Mercosul**
- 10 Governo Dilma  
Paulo Passarinho  
**Tentando explicar o inexplicável**
- 12 Petróleo  
Paulo Metri  
**Contribuição para o déficit de soberania**
- 13 Corecon-RJ abre inscrições para Prêmio de Monografia  
Agenda de Cursos 2011  
Balanço Patrimonial
- 14 Fórum Popular do Orçamento  
**Saúde Pública**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Paulo Sergio Souto, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Sidney Pascoutto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Mibielli Gonzaga e Gisele Rodrigues • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 9662-4414) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900

**Telefax:** (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106

**Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)

**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman,

João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascoutto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

**SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ**

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535 **Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** José Antonio Lutterbach Soares e André Luiz Silva de Souza • **Coordenação de Relações Institucionais:** Antonio Melki Júnior, Paulo Sergio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza e Abrahão Oigman (Em memória) • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Coordenação de Relações Sindicais:** César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Regina Lúcia Gadioli dos Santos e Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Fausto Ferreira (Em memória), Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# A vitória do terror

■ Léo Lince\*

A morte, na sua condição de mistério profundo, transporta qualquer cadáver para o território do sagrado. Não se trata, apenas, do sentimento de familiares, entes queridos, adeptos, mas do espanto geral diante do destino comum da condição humana. Todos haveremos de morrer e, pelo menos para o santo de cada qual, ninguém é “qualquer um”. Por isso mesmo, tripudiar, comemorar, sapatear sobre os restos mortais até do pior inimigo é uma atitude infamante.

Obama mandou matar Osama e, depois do anúncio oficial do sucesso da empreitada, o espírito de vingança que habita o senso comum produziu aquilo que Zuenir Ventura chamou de “celebrações com um toque de necrofilia”. Pegou muito mal. Tanto assim que houve uma mudança de eixo na cobertura jornalística do segundo dia. A euforia laudatória começou a ceder espaço para a cautela na avaliação do sentido e das múltiplas implicações do acontecido. Onde se afirmavam certezas, agora proliferam dúvidas.

Informações oriundas dos serviços secretos serão sempre interessadas e duvidosas. Mas, para o caso, não se dispõe por enquanto de outras fontes. Logo, tão cedo não se saberá o que realmente aconteceu, a não ser o que já se sabe. Tropas especiais americanas, treinadas para fazer o que fizeram, invadiram sem prévio aviso um país aliado, atacaram na calada da noite a

residência onde supostamente vivia o fundador da Al-Qaeda.

Desarmado, ele foi morto e teve o seu corpo lançado em algum lugar do mar sem fim.

Local secreto para evitar romarias. Fotografias e filmes dizem ter feito, mas não mostraram. O diretor da CIA, Leon Panetta, afirmou que são imagens “horrendas”, agridem sensibilidades, rosto “desfigurado” por tiros de grosso calibre, peças potencialmente “incendiárias”. Os executores são sempre mais grosseiros do que os mandantes.

Retalhos de informações recolhidos nos jornais dão a entender que o serviço secreto americano já conhecia, pelo menos desde o fim do ano passado, a localização do mais pro-

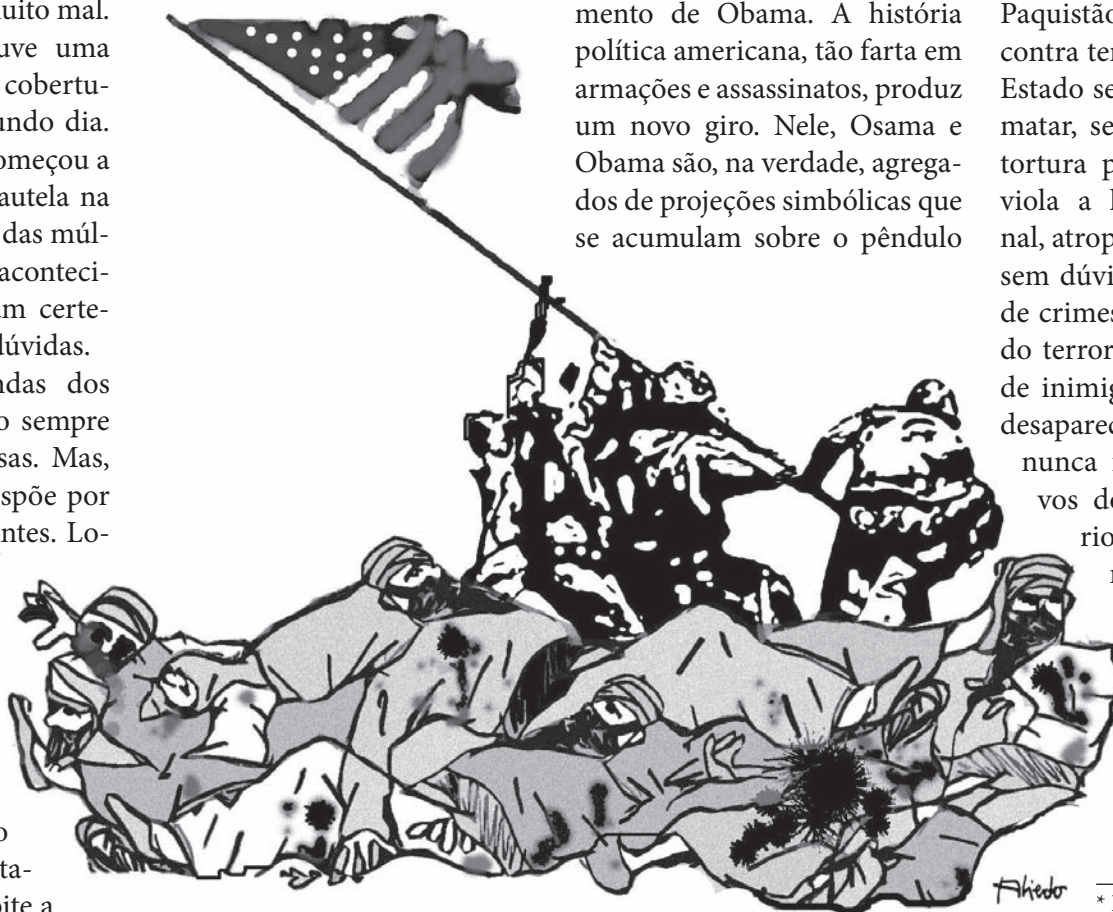
curado “inimigo da América”. Os militares aliados paquistaneses, que recebem dos americanos bilhões de dólares para a “luta contra o terror”, na certa, não podiam desconhecer aquele confinamento entre quartéis. Podiam ter agido antes e de outra forma. A escolha da data e o formato da operação espetacular, que superou em mídia o casamento real e a beatificação do Papa Pop, talvez encontrem explicação nos meandros trevosos da política interna americana.

As primeiras pesquisas atestam o crescimento exponencial da popularidade do postulante à reeleição. A oposição republicana ultrarreacionária que antes acuava o presidente, cobrando dele provas de sua nacionalidade, agora o elogia. O atestado de óbito de Osama substituiu com vantagem a certidão de nascimento de Obama. A história política americana, tão farta em armações e assassinatos, produz um novo giro. Nele, Osama e Obama são, na verdade, agregados de projeções simbólicas que se acumulam sobre o pêndulo

enigmático da história.

Na grafia do nome, apenas uma letra os separa. Além da sonoridade comum, carregam no restante da assinatura marcas de famílias estranhas ao ocidente saxão. Barack Hussein e Bin Laden, nomes estrangeiros, são as duas personalidades de maior destaque na história recente do Império americano. Sobre o corpo agora estraçalhado de Bin Laden, o “eixo do mal” foi construído. O estrangeiro como inimigo absoluto, que está em toda parte e deve ser caçado sem dó nem piedade. O outro “estrangeiro”, aquele que teria vindo para redimir os pecados do Império, fornece feição nova na qual se restaura o antes tão execrado “eixo do Bush”.

Ao contrário do que se alardeia, a operação americana no Paquistão não foi uma vitória contra terrorismo. Quando um Estado se concede licença para matar, se vangloria do uso da tortura para obter resultados, viola a legislação internacional, atropela a soberania alheia, sem dúvida, pratica uma feira de crimes que alimenta o ciclo do terror. A execução sumária de inimigos, a profanação e o desaparecimento de cadáveres nunca foram marcos positivos do processo civilizatório. É doloroso constatar, mas o que aconteceu no Paquistão foi, por todos os títulos, um exemplo modelar do pior e mais perigoso tipo de terrorismo: o terrorismo de Estado.



\* Léo Lince é sociólogo.

# Existe uma nova Política Externa?

■ Marta Skinner\*

*"Tenho orgulho de ser de um país que é ouvido em toda parte, que fala de igual para igual com todos os países, não fala fino com Washington, nem fala grosso com a Bolívia e o Paraguai."*  
Chico Buarque de Hollanda

A continuidade ou não da política externa inaugurada pelo presidente Lula tem sido tratada como divisor de águas na busca de pontos de desencontros entre os dois governos petistas. No governo Lula foram dados os primeiros passos da significativa mudança da agenda externa do país e a consequente mudança da posição do Brasil dentro do sistema internacional. Para dar conteúdo e forma às ações neste novo contexto, passou-se a exigir capacidade crescente de inovação política e aperfeiçoamento diplomático dos seus governantes. É certo que nesse período, o país contou com a liderança política de um presidente que transcendeu o país e projetou sua imagem e sua influência carismática mundialmente, logo era natural supor que a passagem da faixa presidencial à presidente Dilma, com estilo diferente de atuação política, levasse a uma nova condução da política externa e, como consequência natural, uma mudança do papel do Brasil no cenário internacional. Muito se especulou sobre as possíveis guinadas da agenda externa da presidente Dilma, que na falta de fatos concretos, acabou resvalando para outro debate subjacente, o da natureza da política externa brasileira recente, opondo conservadores

a progressistas. Ou seja, a questão era se valeu a pena ou não trabalhar para mudar a distribuição do poder mundial e navegar em mares nunca antes navegados.

A agenda internacional esteve presente desde o dia da posse da presidente Dilma, a qual compareceu o mais elevado número de delegações estrangeiras jamais presentes em uma posse presidencial no Brasil. Pode-se interpretar este fato, significativo em si mesmo, como reflexo da crescente influência que o Brasil conquistou no plano internacional e como demonstração do elevado interesse que amplos setores da comunidade internacional têm pelo Brasil de hoje.

As especulações em torno da política externa brasileira se devem ao estilo inovador que a diplomacia brasileira assumiu a partir do governo Lula e as substantivas mudanças no seu desenho nos últimos anos. É sabido que desde o início do século XXI ocorreu uma mudança da política externa no continente latino-americano, seja pelas novas lideranças que chegaram ao poder em praticamente todo o continente, com posições críticas às políticas neoliberais dos anos 90, seja em reação à guinada da política externa norte-americana iniciada pela era Bush.

Desde então, o que se observou foi uma guinada à esquerda do discurso latino-americano e um relativo distanciamento dos EUA, passando-se a priorizar a integração político-econômica da América do Sul e opondo-se ao intervencionismo norte-americano, que se materializou, de imediato, na rejeição do projeto da ALCA, sinalizando uma des-

vitalização da liderança ideológica no continente.

Durante esta primeira década, a posição política e econômica do Brasil foi se destacando dentro e fora do continente. Ancorado num modelo econômico de democratização social, com adoção de políticas de distribuição de renda, de criação de emprego e resgate da massa mais pobre do país, o Brasil passou a assumir uma posição singular entre as potências emergentes, assim como na América Latina, com aumento significativo da sua participação no Produto e no comércio da região, experimentando taxas de crescimento expressivas, que o levou a assumir a liderança política e diplomática do processo de integração do continente.

A diplomacia brasileira ampliou de forma expressiva suas relações comerciais e financeiras com outras regiões do mundo, sua representação diplomática e sua participação ativa nos fóruns internacionais. Deste modo, ao longo dos últimos anos, o Brasil assegurou a posição de maior economia do continente latino-americano, além de se projetar internacionalmente, cooperando e competindo com outros Estados e economias nacionais, entre as quais a China, a Índia e a Rússia, que também estão se expandindo e reivindicando uma maior participação nas decisões no tabuleiro mundial.

O mundo assistiu neste tempo à ascensão do G20 e dos BRICS com um misto de es-

perança e temor, pois o surgimento e a consolidação desses países como grupo, apesar das diferenças de interesses entre seus membros, constitui um espaço inovador de cooperação entre países, além de simbolizar um exemplo claro da nova ordem emergente encabeçada pelo Brasil. Ordem esta que representa o esgotamento de uma época em que duas ou três potências podiam se reunir e falar em nome da comunidade internacional. A crescente importância dos BRICS, englobando agora também a África do Sul, já é tida como uma verdadeira revolução no equilíbrio mundial pelos especialistas. Hoje está muito claro que qualquer Estado que se proponha a expandir o seu poder internacional, inevitavelmente terá que questionar e lutar contra a distribuição prévia do poder dentro do tabuleiro mundial, assim como nos tabuleiros geopolíticos regionais em que se encontram. O Brasil tem se comportado nessa direção, assumindo posições próprias e atuando de acordo com seus objetivos estratégicos, muitas vezes discordando das grandes potên-



cias. Essa postura ativa mas ao mesmo tempo conciliadora tem lhe rendido projeção internacional e deixado clara sua intenção de ser um *player* global, capaz de influir na política mundial. A negociação com o Irã constituiu um exemplo da orientação impressa no novo papel pleiteado pelo Brasil, sinalizando a clara mensagem de que o Brasil quer exercer uma diplomacia ativa no mundo e influir nos assuntos globais. O destaque do Brasil nesta nova ordem ganhou ainda mais visibilidade, após a recuperação recorde da crise financeira e também pelas novas descobertas de petróleo na camada do pré-sal, que contribuíram para a percepção de um país que abriga oportunidades

potenciais de investimentos, extremamente atraentes aos capitais internacionais.

Em linhas gerais, esse é o Brasil que Dilma ajudou a construir e que começou a governar este ano. Desde a campanha eleitoral, o tema da continuidade da política externa vem sendo martelado com insistência na imprensa, apontando como o centro da discordância o tratamento da questão dos direitos humanos. Como costuma acontecer na “diversidade” de opiniões midiáticas, vários colunistas repetem o mesmo comentário: enquanto o governo Lula foi pragmático nesta área, fechando os olhos para alguns casos de violação dos direitos humanos, o governo Dilma estaria rumando para uma posição mais incisiva no assunto, o que teria sido confirmado pelo voto do Brasil na ONU a favor de um enviado especial ao Irã para investigar a situação dos direitos humanos. Entretanto, esquecem de dar o mesmo peso no tocante à abstenção brasileira na votação que aprovou a criação da zona de exclusão aérea na Líbia, em nome dos direitos

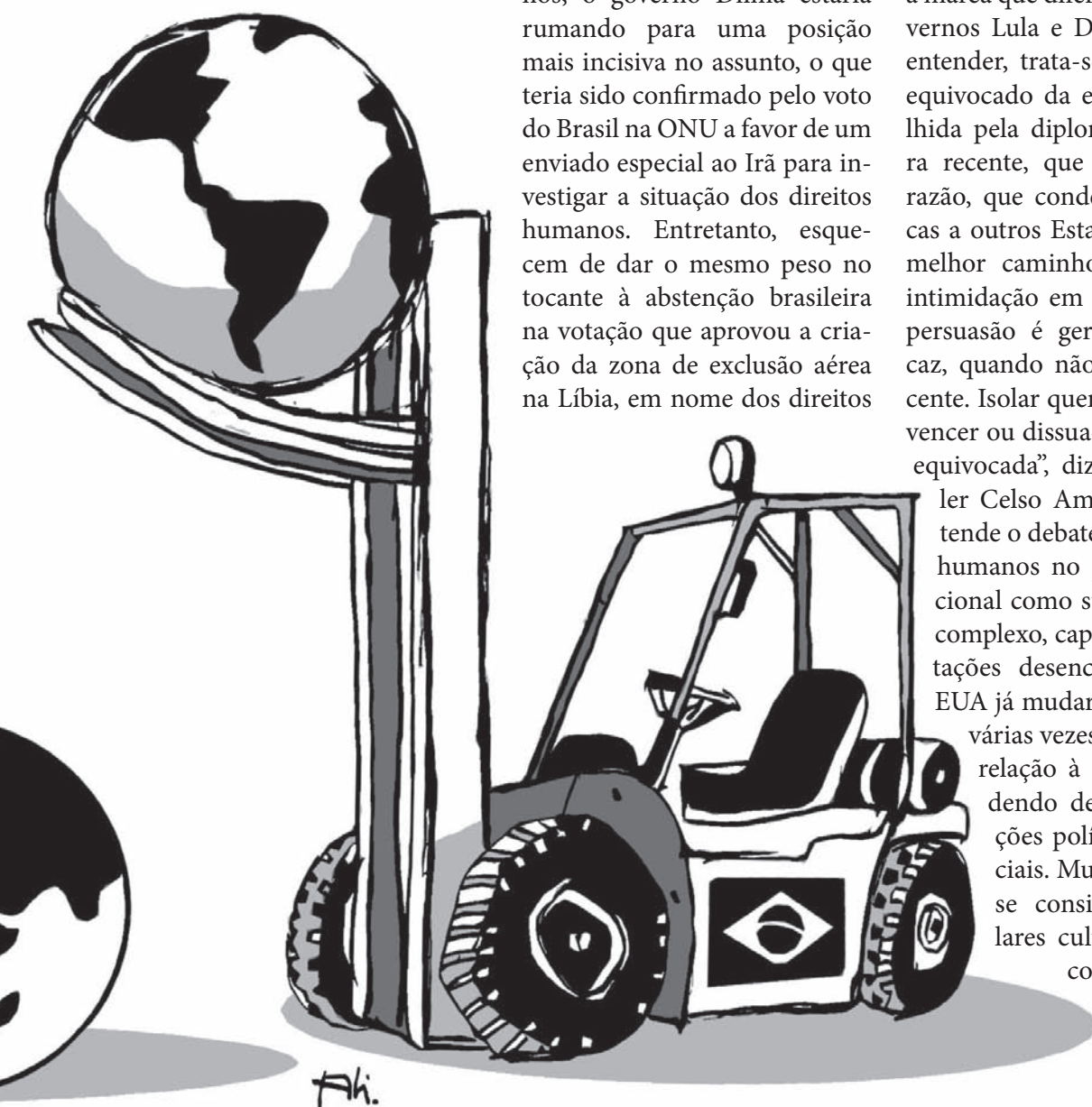
humanos, em discordância com quase todos os defensores dos direitos humanos, que consideravam se tratar de um caso de guerra justa, em defesa de uma população violentada por seus governantes. À medida que passa o tempo, a alegada proteção à população civil vai ficando cada dia mais desmoralizada e se percebe que o que está em questão não é o direito à liberdade, nem tampouco a promoção de direitos humanos, mas interesses que nada tem a ver com eles. Não foram poucas as críticas recentes que apontavam para uma suposta indiferença da diplomacia brasileira diante de países acusados de violar os direitos humanos e que esta seria a marca que diferenciaria os governos Lula e Dilma. No meu entender, trata-se de um juízo equivocado da estratégia escolhida pela diplomacia brasileira recente, que entende, com razão, que condenações públicas a outros Estados não são o melhor caminho. “Escolher a intimidação em detrimento da persuasão é geralmente ineficaz, quando não contraproducente. Isolar quem se quer convencer ou dissuadir é estratégia equivocada”, diz o ex-chanceler

Celso Amorim, que entende o debate sobre direitos humanos no plano internacional como suficientemente complexo, capaz de interpretações desencontradas. “Os EUA já mudaram de posição várias vezes nesta área em relação à China, dependendo de suas motivações políticas e comerciais. Muitos países que se consideram modelos cultivam relações com regimes não democráti-

cos, desde que isso corresponda a interesses econômicos ou estratégico-militares. O fundamental é que a política tenha um substrato moral, sem esquecer que ela é política e, nesta dimensão, geralmente o diálogo tem um efeito mais positivo do que condenações”.

Quando aproximamos a lente da agenda externa da diplomacia atual, o que se observa em linhas gerais é que os fundamentos da política externa da presidente Dilma são praticamente os mesmos do governo anterior, não identificando diferença nem profunda nem superficial na sua condução. Isso não quer dizer que não possam existir diferenças pontuais na hora de decidir sobre questões particulares, mas a prioridade da agenda internacional continua apontando para uma atuação externa com o mesmo engajamento ético manifestado no plano interno, de compromisso com a justiça social, combate à pobreza, aperfeiçoamento do convívio democrático e ambiental, a promoção e proteção dos direitos humanos sem seletividade e politização. Ao fazer a sua primeira viagem internacional à Argentina, a presidente Dilma declarou sua intenção de priorizar a América do Sul como um espaço pacífico, com estreita relação entre os vizinhos, de fortalecer o Mercosul, assim como construir uma Unasul robusta e, deste modo, ampliar as conquistas que realizamos ao longo da última década, fazendo uma política externa em posição de igualdade nas negociações internacionais, como foi a marca da diplomacia brasileira no governo anterior.

\* Marta Skinner, economista, cientista política, professora do Curso de Especialização em Comércio Exterior da UFRJ (ECEX), professora aposentada da Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e orientadora da disciplina Economia para candidatos à carreira diplomática.



# O Oriente Médio e a Nova Geopolítica Mundial

■ Lejeune Mirhan\*

O que chamamos de “mundo árabe” é um povo que se encontra espalhado por 21 países, mais a Palestina (ocupado por Israel) e a República do Sarauí (ocupado pelo Marrocos). A Liga dos Estados Árabes, fundada em 1945 no Cairo, aceita a Palestina como membro, de forma que possuem 22 estados-membros. São oito monarquias absolutistas (ou petromonarquias) e 13 “repúblicas” (de fachada, pois na prática são ditaduras).

As potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial em 1918, a Inglaterra e a França, colonizaram praticamente todos os países da região do OM e do Norte da África (conhecido como Maghreb). Interessante observar como as fronteiras entre esses países são retas como se tivessem sido divididas por riscos feitos com lápis no mapa da região. As “independências”, por assim dizer, iniciaram-se em 1922 (Egito) e concluíram-se em 1977 (Djibuti).

Os árabes são 347 milhões em todo o mundo ou 5,18% da população mundial. A soma de todos os PIBs de seus países totaliza US\$2,477 trilhões, ou apenas 4% de todo o PIB mundial. No entanto, com relação às reservas de petróleo, os países árabes detêm 685,11 bilhões de barris ou exatos 50,81% das reservas mundiais.

Por fim, com relação à produção diária de óleo: esses países produzem *todos os dias* 22,967 milhões de barris, o que significa 27,26% da produção total no mundo, que é de 84,24 milhões

de barris/dia (b/d). São dados atualizados da questão energética e são apresentados porque o conflito existente no OM guarda uma relação direta com a estratégia de controle dessas fontes de energia (não-renováveis). Sabe-se que não há como o mundo substituir a sua dependência do petróleo e gás natural pelos próximos 30 ou mesmo 50 anos.

Os Estados Unidos consomem *todos os dias* 19,497 milhões de b/d, mas produzem *apenas* 7,27 milhões de barris, ou 37,42%. Dessa forma, precisam importar *todos os dias* 12,22 milhões de barris, que vêm em boa parte de países árabes. Apesar de toda a propaganda neoliberal em todo o mundo, as maiores empresas petrolífe-

ras – as dez mais – seguem sendo estatais.

Os maiores países ocidentais não são produtores de petróleo. Os casos mais marcantes são o do Japão, que precisa *todos os dias* de 5,57 milhões de b/d, a Alemanha 2,677 milhões de b/d, a Coreia do Sul 2,061 milhões de b/d, a França 2,06 milhões de b/d, a Itália 1,874 milhões e a Espanha 1,537 milhões de b/d.

Os maiores exportadores de petróleo do mundo, com valores em milhões de b/d, pela ordem, são: Arábia Saudita (8,651), seguida da Rússia (6,65), Noruega (2,542), Irã (2,519), Emirados Árabes (2,515), Venezuela (2,203), Kuwait (2,146), Argélia (1,847), Líbia (1,525) e Iraque (com 1,438). Por esses dados,

vê-se que os países árabes exportam *todos os dias* 18,122 milhões de b/d. Se agregarmos o Irã, país persa com linha política anti-imperialista, esse número eleva-se para 20,641 milhões de b/d. Daí a estratégia imperialista de controle da região.

As maiores empresas petrolíferas privadas são a ExxonMobil (EUA), a ChevronTexaco (EUA), a Shell (Holanda), British Petroleum (Inglaterra), a Total (França) e a ConnocoPhillips. Todas elas juntas empregam 514 mil trabalhadores e faturam por ano 1,697 trilhões de dólares. No entanto, respondem por apenas 10% de toda a reserva de petróleo do mundo.

Por fim, é relevante destacar a questão do Islã. Hoje exis-



tem no mundo 1,6 bilhões de muçulmanos praticantes (dos quais 1,4 bilhões são sunitas e 0,2 bilhões são xiitas). Não devemos confundir “muçulmanos” com árabes. Nem todo muçulmano é árabe e nem todo árabe é muçulmano. Aliás, apenas 8% dos árabes não são muçulmanos (27,76 milhões; geralmente cristãos cooptas ou ortodoxos; católicos são residuais). Em termos mundiais, apenas 19,95% dos muçulmanos no mundo todo são árabes (um em cada cinco).

Certa vez, perguntaram para Chu En Lai, um dos líderes da Revolução Chinesa de 1949, o que ele achava da Revolução Francesa de 1789. Tal pergunta foi feita nos anos 1970. A sua resposta, como bom chinês, foi “ainda é cedo para dizer”.

Os levantes populares em curso no OM tiveram seu início, de forma inesperada, com o caso do jovem tunisiano de 26 anos Mohammed Boazizi, vendedor de frutas ambulante com formação universitária. Inconformado com o fato de a polícia corrupta ter-lhe tomado seu carrinho, seu ganha-pão, por ele não aceitar pagar propinas, decidiu imolar-se em frente ao palácio presidencial onde governava desde 1988 o ditador Zine Abdine Ben Ali. Isso ocorreu em 15 de dezembro de 2010. A partir desse momento até a queda do regime em 16 de janeiro, transcorreram 27 dias de grandes manifestações. A polícia atacou com fúria a multidão diariamente, que, de peito aberto, enfrentou-a. O ditador – chamado durante todos esses anos de “presidente” por ser amigo de Washington – fugiu em debelada com sua família e, dizem, com mais de cem malas carregadas de ouro e dólares.

Em todos os 22 países árabes temos a presença de governos



longevos. Ou são monarquias absolutistas ou são ditaduras disfarçadas de democracias, onde a cada cinco ou seis anos, fazem-se “eleições” farsescas, fraudulentas, para tentar legitimar ditadores amigos dos Estados Unidos, para garantir ao império norte-americano a defesa de seus interesses nessa estratégica região, em especial a garantia do fluxo de petróleo para a América, a passagem dos seus navios petroleiros e cargueiros pelo Canal de Suez e pelo Estreito de Ormuz no Golfo.

Há também a questão estratégica da defesa incondicional pelos EUA do Estado de Israel. “No caso da política de Obama para o OM, são cegos guiando cego e cegos aconselhando cego no Salão Oval da Casa Branca”<sup>1</sup>, em uma clara alusão a Bill Daley, Ben Rhodes, Tony Blinken, Denis McDorough, John Brennan e Robert Cardillo, assessores e conselheiros de diversos cargos de Obama, todos, indistintamente, militantes fanáticos pró-Israel e a serviço do lobby judaico.

Sem exceção, os governos árabes pró-americanos têm como características: 1. Sempre combateram o comunismo desde a chamada Guerra Fria; 2. Desde 1979, combateram o Irã de Khomeini; 3. Tudo fazem para liquidar o islã político, a que

chamam de “fundamentalista”; 4. Sempre adotaram posições contrárias aos movimentos sociais, em especial contra os sindicatos; 5. Atuaram sempre contra as resistências libanesa e palestina. Foi nesse caldeirão que as rebeliões e a revolução árabe tiveram início.

Regra geral, as grandes reivindicações, praticamente unânimes em todos os países, são as seguintes: 1. Revogação do Estado de Emergência; 2. Libertação de todos os presos políticos; 3. Liberdade de organização partidária; 4. Liberdade sindical e de organização social; 5. Liberdade da imprensa e de expressão; 6. Eleições livres para Presidente e para o Parlamento; 7. Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre, Democrática e Soberana.

## Algumas Observações

**1. Obama e os EUA perdem nesse processo.** Seu discurso do Cairo de julho de 2009, estendendo a mão para os muçulmanos, provou-se uma farsa. Não deu passo algum para respeitar os muçulmanos e os árabes em geral. Os EUA sofrem maior aprofundamento e desestabilização em seu processo de declínio de sua posição hegemônica no sistema de relações internacionais com a presente Revolução Árabe, que tem sentido democrático, popular e anti-imperialista.

**2. Os novos governos árabes não serão tão subservientes com os norte-americanos.** O que tanto os Estados Unidos sempre tiveram pavor poderá acontecer, que é a participação com destaque da Irmandade Muçulmana nos governos árabes.

**3. Israel poderá sair derrotado.** Perdeu seu discurso de que o maior inimigo é o Irã, que este precisaria ser derrotado e bombardeado e que seu progra-

ma nuclear visa a construção da bomba atômica.

**4. Um novo Oriente Médio.** Deverá crescer a democracia, os partidos terão maiores liberdades, bem como a imprensa.

**5. O islã não será a solução.** Não veremos um Egito, uma Tunísia ou qualquer outro país árabe como repúblicas islâmicas.

**6. O Irã cresce no OM.** Por razões diversas, mas em especial por sempre ter apoiado a causa palestina e todos os movimentos revolucionários antiamericanos na região.

**7. Crescerá o nacionalismo árabe.** Fundado por Gamal Abdel Nasser, poderá jogar papel preponderante. A esquerda poderá crescer.

**8. Modelo neoliberal em xeque.** Difícil que os rumos da revolução árabe substituam o modelo capitalista pelo socialismo, mas o modelo de capitalismo financeiro fracassou.

De uma coisa temos certeza: a democracia se constrói pela soberania de um povo. Os EUA passaram anos afirmando que levariam a “democracia” para o OM. “Durante nove anos os EUA forçaram uma porta (democracia no OM), que só se abre para fora. E mais. Essa porta só se abre por vontade própria. Os acontecimentos das últimas semanas demonstraram com clareza que não apenas partes importantes do OM estão prontas para a mudança, mas também que esse impulso vem de dentro”<sup>2</sup>. Cem por cento de acordo.

\* Lejeune Mirhan é sociólogo, professor, escritor e arabista. Membro da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabe de Lisboa e Diretor do Instituto Jerusalém do Brasil. Colunista de Oriente Médio do Portal da Fundação Maurício Grabois – FMG. Colaborador da Revista *Sociologia* da Editora Escala. E-mail: lejeunemgxc@uol.com.br

<sup>1</sup> Helena Cobban, de seu Blog <http://justworldnews.org/>

<sup>2</sup> Andrew Bacevich, da Universidade de Boston.

# Vinte anos de Mercosul

■ Edson Peterli Guimarães\*

**H**á exatamente vinte anos, em 26 de março de 1991, foi constituído o Mercosul: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai estabeleceram uma área de livre comércio entre eles. De lá para cá muita coisa mudou. Na entrada dos anos 2000, quase todos os países em desenvolvimento tinham diminuído seus graus de proteção ao mercado doméstico contra a competição externa e mais de uma centena de acordos de integração haviam sido consignados na Organização Mundial de Comércio. No ano de 1995, o Mercosul iniciou uma nova fase instaurando uma tarifa externa comum (TEC) aplicada aos países não signatários. A União Aduaneira formada tinha como palavra de ordem a “integração competitiva regionalmente aberta”. Consistia na adoção, em adição à TEC, de um conjunto de instrumentos e mecanismos para fortalecer os nexos entre os mercados nacionais, obtendo, assim, maior poder de barganha na competição internacional.

Toda a América Latina, nesta época, no entanto, ingressava em severa crise econômica, levando os países membros a colocarem a conveniência dos ajustamentos macroeconômicos acima dos princípios integracionistas. Muitas das tratativas entre os países foram descumpridas nesta ocasião e até hoje não se estabeleceu uma TEC abrangente: somente cerca de 40% dos produtos importáveis pelo Mercosul estão cobertos pelo mesmo grau tarifário.

Na primeira década dos anos 2000, o comércio entre os países do Mercosul cresceu 70% no segundo triênio em relação ao primeiro e respondeu por quase 50% do total do comércio no último ano. Para o Brasil, contudo, o mercado dos países-membros

não tem sido atraente. No final dos anos 1990 representava 1/5 do total de seu comércio exterior e no ano passado representou somente 10%. As vantagens reveladas pelos produtos brasileiros intensivos em recursos naturais e mão-de-obra demandados nesta década por novos atores como a China e tradicionais como Estados Unidos e países europeus contribuem para a diminuição relativa do Mercosul na participação das exportações brasileiras.

No governo Lula, a agenda externa se modificou para incluir contextos onde a visão quantitativa, natural em qualquer comércio exterior, fosse negligenciada em favor de uma política externa voltada para o fortalecimento geopolítico da América Latina. O Mercosul entabulou acordos comerciais com todos os países da América do Sul e ao mesmo tempo, iniciou negociações com países de outros continentes: Índia, Israel, Egito, South Africa Custom Union (Sacu)<sup>1</sup>, Jordânia, Marrocos e Estados-Membros do Conselho de Cooperação do Gol-

fo (CCG)<sup>2</sup>, além de um acordo de livre comércio com o México. A profusão de acordos empreendidos nessa década pelo Mercosul favoreceu uma agenda multilateral cujo resultado final revela um certo deslocamento dos empreendimentos empresariais. Muitas empresas dos países do Mercosul ampliaram suas operações justamente naqueles países com os quais o Mercosul não estabeleceu acordos de livre comércio, como os países caribenhos. Neste último caso, elas foram atraídas pelo poderoso ativo estratégico representado pelo livre acesso ao mercado estadunidense, já que a maioria desses países tinha firmado acordos de livre comércio com os Estados Unidos.

A busca por novos acordos de livre comércio, bem como sua negociação, não é trivial. Os (conjuntos de) países envolvidos na montagem de uma área de livre comércio entabulam suas negociações como se o objetivo fosse completar o seu “álbum de figurinhas”. Eles iniciam com um conjunto de produtos importáveis com tarifas (as figurinhas do país) e as trocam

ofertando aquelas de menor valor que, em verdade, são os mercados domésticos cuja importação de produtos assemelhados não ameaça, de maneira substancial, a competitividade da respectiva indústria nacional. Ao mesmo tempo, buscam obter preferências de ingresso nos mercados que observam como vantajosos aos exportadores de seu país. Decreta-se, assim, um processo de barganha bastante original em busca das “figurinhas carimbadas” representadas por mercados alvos relevantes aos exportadores e ativos estratégicos interessantes aos países envolvidos na negociação. A figura abaixo mostra a interseção de produtos negociados em três acordos de livre comércio do Mercosul: Chile (firmado em 1996), Índia (em 2004) e México (em 2002).

Podemos observar que somente nove produtos contaram conjuntamente com margem de preferências tarifárias dos três parceiros comerciais em um universo de mais de mil figurinhas ofertadas por eles. Além disso, apresentam um valor pífio no total exportado pelos países-mem-

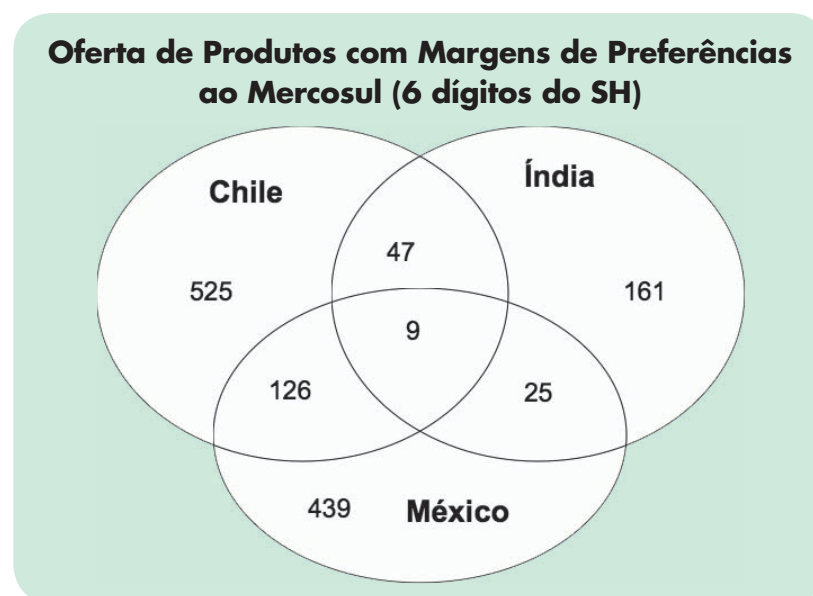




bros<sup>3</sup>. Essa pequena interseção de mercados preferenciais ofertados ao Mercosul demonstra que muito dos mercados relevantes às exportações dos países-membros não foram objeto de negociação intensa, prevalecendo a posição passiva dos negociadores de que “cavalo dado não se olha os dentes”, em troca de um estreitamento geopolítico mais denso. Fica a constatação, no julgamento dos resultados comerciais, que os esforços despendidos no processo de negociação não resultaram em “figurinhas carimbadas” cujos mercados são aqueles que atendem com mais competência as exportações brasileiras.

Uma das possíveis razões para o pouco sucesso das negociações pode decorrer de os países-membros terem interesses díspares entre si na eleição dos mercados preferenciais em outros países. As posições para obter “figurinhas carimbadas” de forma conjunta podem ser esvaziadas se o interesse compartilhado no mercado eleito for desigual. Guimarães, E. P. & Zeidan, R. (2011), visando checar essa hipótese, elaboraram um indicador de convergência política externa (CPE)<sup>4</sup>. A ideia central desse indicador é que o acesso preferencial ao mercado ofertado ao Mercosul é limitado e, por isso, os negociadores dos quatro países-membros enfrentam dilemas em seus processos de escolha: entre fazerem as demandas conjuntas e as demandas individuais – do interesse de seus países. Os resultados foram bastante interessantes.

Os indicadores CPEs mostram que os mercados com margens de preferências tarifárias, firmados no passado recente, não foram suficientes para deslocar concorrentes externos daqueles mercados, de modo a favorecer os exportadores do Mercosul. No caso da Índia, as exportações destinadas aos mercados escolhidos foram inferiores a 12% do total exportado para aquele país e no caso do México não ultrapas-



saram 7%, nos últimos 3 anos. No acordo com a Índia, o Mercosul recebeu uma lista de 219 produtos com rebaixamento tarifário. Destes, 124 eram mercados de produtos com pouco interesse, no julgamento dos fluxos bilaterais de comércio. Os exportadores do Mercosul, por exemplo, não têm competitividade em artigos de Peleteria, Cerâmica e Obras de Couro, que são alguns dos mercados ofertados com preferências pela Índia. O Brasil aceitou, separadamente, do México a oferta de 126 produtos com margem de preferência tarifária, dentro de acordo específico para o setor de automotores, nos quais ele não tem forças competitivas declaradas e, portanto, não figura como exportador de peso neste mercado. O Chile é o país que tem a maior oferta de produtos interessantes ao Mercosul: 66 produtos, representando cerca de 10% da oferta total.

O acordo em negociação entre Mercosul e os países do CCG tem sido basicamente conduzido pelo Brasil e pela Arábia Saudita. A participação dos demais países é marginal dentro do bloco comercial. O Acordo é atrativo aos exportadores brasileiros naqueles mercados já consagrados (carne, frutas, produtos da borracha, produtos de madeira, máquinas e aparelhos elétricos) e que poderiam ser ampliados

por meio das elasticidades-preço dos produtos neles inseridos. Os países do CCG produzem um cenário que aparenta unidade econômica, dado que todas as economias apresentam forte participação do setor energético (produção de petróleo) na composição do PIB e, politicamente, são formados por monarquias hereditárias. Em relação ao comércio exterior, os países do CCG têm acelerado suas intenções em desenvolver acordos bilaterais com diversos blocos e países. Somente no ano de 2007 negociações comerciais foram iniciadas com Nova Zelândia, União Europeia e Irã. Nesse quadro, o Brasil deve buscar acelerar o acordo com vistas a obter as mesmas condições competitivas que estariam sendo dedicadas àqueles parceiros comerciais pelos países do CCG.

Os resultados obtidos pela construção dos CPEs indicam que as tratativas atuais entre o Mercosul e os países do CCG, Egito, Jordânia e Marrocos devem seguir um figurino que calibre os interesses individuais dos países-membros sob pena de enfraquecimento das forças competitivas conjuntas. Os interesses individuais dos países do Mercosul podem ser conduzidos para alcançar um ambiente de negociação repleto de “figurinhas carimbadas”, não necessariamente com

o mesmo grau conjunto de aderência nos mercados dos países-membros. Os países signatários negociariam com os parceiros de fora do Mercosul isoladamente, embora em bloco, as questões que fossem mais prementes ao papel que eles desejam desempenhar no cenário internacional. Fica, por fim, a constatação de que essa faculdade fortaleceria o processo de integração entre os países-membros do Mercosul, permitindo que questões de interesses específicos – comerciais ou não – fossem individualmente contempladas nas negociações compartilhadas entre eles.

\* Edson Peterli Guimarães é conselheiro do Corecon-RJ, professor da UFRJ e coordenador do ECEX do Instituto de Economia da UFRJ.

1 Fazem parte do Sacu os países: África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto e Suazilândia.

2 Acordo-Quadro de Cooperação Econômica entre o Mercosul e os Estados-Membros do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo foi instalado em maio de 2005 e compreende os seguintes países do Golfo: Reino do Bahrain, Estado do Kuwait, Estado do Qatar, Sultanato de Oman, Reino da Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

3 Esses produtos se distribuem pelos grupos de produtos químicos, de tinturaria e de máquinas e aparelhos mecânicos e representaram menos de 10%, em 2007, na exportação do grupo de produtos produzidos pela respectiva indústria.. Ver. Acordos do Mercosul com terceiros países in II Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais. Fundação Alexandre Gusmão, MRE, 2011, BSB. e também, dos mesmos autores, Texto para Discussão CEPAL-IPEA, nº 23, 2010, BSB:

4 O indicador (CPE) foi construído como:  $CPE = 1 - I (X_{iBR} - X_{iMS-BR} / X_{iMS})$ . Onde XBR e XMS-BR são as exportações do Brasil e as dos demais membros do MERCOSUL, respectivamente, XMS = exportação do Mercosul e i = mercado do produto com margem de preferência tarifária. Quando o Índice CPE aproxima-se de zero, indica que um dos parceiros tem interesse total na negociação, no caso o Brasil ou os demais membros do MERCOSUL. Quando o CPE tende à unidade, a interpretação é que ambos devem ter atratividade assemelhadas com respeito ao mercado do produto em questão. Ver Guimarães, E.P.& Zeidan, R., op.cit.:

# Tentando explicar o inexplicável

■ Paulo Passarinho\*

O mês de abril nos trouxe a marca dos cem primeiros dias do governo de Dilma Rousseff, período simbólico e que muitos consideram suficiente para que tendências e ações desenvolvidas por um novo governante já possam ser avaliadas com uma menor margem de incertezas ou equívocos.

Foi também o quarto mês de governo da primeira presidente de nossa curta e pobre história republicana.

Inicialmente, cabe lembrar, tanto à direita quanto à esquerda observamos avaliações que procuravam mostrar otimismo no início do governo, especialmente em sua inevitável comparação com Lula.

Para setores da esquerda, destacava-se a lembrança do passado de Dilma, seu suposto maior comprometimento com uma ideologia transformadora da sociedade e a sua própria seriedade técnica e política, em comparação com o seu antecessor.

Para a direita, por outro lado, a sobriedade e discrição de Dilma no exercício do seu cargo – além das suas reiteradas declarações de manutenção da seriedade fiscal e do vigilante combate à inflação – eram sinais mais do que suficientes para agradar aos gostos mais conservadores.

A própria presidente, contudo, com certeza, melhor definiu o que de fato devemos esperar: um governo de continuidade e mudança. Continuidade em relação a

Lula, é lógico, e mudança decorrente da própria evolução dos fatos, da alteração de situações conjunturais e das próprias particularidades da governante.

Entretanto, especialmente entre os otimistas pela esquerda, parece que o ditado que denuncia que muitas vezes “a esperança vence a experiência” foi esquecido. Entre os economistas, por exemplo, a ideia de combinar o credo da “estabilidade financeira” – tão cara aos mercados financeiros e de acordo com o que esse setor entende como estabilidade – com políticas macroprudenciais, de natureza cambial e fiscal levou a muitas análises que apontavam a possibilidade de avanços na política macroeconômica, com menos ênfase na utilização da taxa de juros e suas consequências sobre a valorização da taxa de câmbio.

Ledo engano.

Desde a posse de Dilma, em janeiro, o Banco Central, em todas as reuniões realizadas pelo seu Comitê de Política Monetária (o Copom) elevou a taxa Selic, a taxa básica de juros. Foram três oportunidades, com elevações sucessivas da taxa Selic, em duas ocasiões (janeiro e março), com aumentos de 0,5% e agora, em abril, com 0,25 ponto percentual, fazendo com que a taxa básica de juros saísse de 10,75% para 12% ao ano.

Mais grave: sempre com o equivocadamente oportunista argumento do combate à inflação, e de acordo com explícitas pressões dos bancos, a última ata da reunião do Copom deixa clara a intenção de se manter uma trajetória ascendente da taxa de juros.



Ficou evidente, assim, que as chamadas medidas macroprudenciais na área fiscal e em relação ao câmbio foram apenas complementares à ênfase que continuamos a observar na política de elevação de juros.

E este é o ponto talvez essencial para decifrarmos o verdadeiro impasse em que nos encontramos. A política macroeconômica do Brasil, em suas linhas gerais, desde a crise do Real, em 1999, se mantém inalterada. Ela se baseia no tripé câmbio flutuante/superávit primário/metras inflacionárias. É evidente que, de acordo com as variadas conjunturas que temos atravessado, e não foram poucas – é claro, afinal já se vão doze anos! –, diferentes medidas foram adotadas, de acordo com as peculiaridades de cada momento. Contudo, sem que houvesse, em nenhuma oportunidade, a mais leve ameaça ao modelo em curso, baseado na abertura financeira e produtiva do país.

O pacto político dominante, forjado no Brasil a partir do impeachment de Collor e do lançamento das bases do Plano Real, logo após o processo de conclusão da renegociação tardia da dívida externa do país, durante todos esses anos não sofreu alterações substantivas. A rigor, esse pacto político somente se ampliou e se fortaleceu.

No curso do auge das privatizações, ainda no seu primeiro mandato, FHC trouxe para o seu interior os interesses dos Fundos de Pensão dos trabalhadores do setor estatal, instituições financeiramente estratégicas nas operações de entrega do patrimônio do Estado à gerência dos interesses privados.

Mais tarde, o que assistimos, já no segundo mandato de FHC e principalmente no próprio governo de Lula, foi o setor



exportador contemplado como protagonista do bloco hegemônico, agora partidariamente fortalecido pelos antigos partidos de esquerda, tendo à frente o próprio PT, partido cada vez mais de Lula, e sem nenhum compromisso com suas antigas bandeiras.

E no governo Lula fez-se mais: houve a espetacular cooptação de dirigentes de movimentos sociais, ONGs e professores acadêmicos, todos agora também beneficiados por generosas verbas das mais diferenciadas naturezas. O ex-malfadado Estado agora era descoberto na sua virtude de financiador de ótimos projetos, claro, que passavam a integrar um Brasil para todos...

Esse é o verdadeiro nó górdio a ser desatado: como superar esse modelo? Como derrotá-lo? Como enfrentar o pacto político dominante e fortalecido agora por partidos de bases populares, outrora de combate ao modelo dos bancos e transnacionais?

Recentemente, tivemos duas patéticas oportunidades de observar a complexidade do dilema que vivemos. Primeiramente, o próprio ministro da Fazenda tendo a coragem de admitir a sua impotência para enfrentar simultaneamente a atual pressão inflacionária e o processo renitente de sobreva-

lorização do Real. Incapacidade individual? De forma alguma. O ministro sabe que o problema é o modelo econômico politicamente assumido. No quadro de elevada liquidez internacional e com as condições de operação financeira e produtiva para os capitais externos que o seu governo permite, é de fato extremamente difícil evitar a entrada de todo o tipo de recurso especulativo no país.

A segunda oportunidade – de forma inteiramente vexatória à sua própria figura e ao nosso país – se deu na recente viagem de Dilma Rousseff à China, quando a presidente se manifestou a respeito do nosso problema cambial. Na frente dos chineses, referindo-se ao nosso malfadado câmbio flutuante, essa opção de regime cambial foi apresentada como algo imutável ou natural, como se não fora dela mesma, a presidente da República, a maior responsabilidade pela situação que vivemos. A conhecida racionalidade chinesa não deve ter entendido muito bem o que se passava... Especialmente porque a própria Dilma se queixava – logo para os chineses! – da sobrevalorização do Real e da perda de competitividade das exportações brasileiras.

Adotar rígidos controles sobre os fluxos cambiais; reduzir as taxas de juros reais; liberar o orçamento público da ditadura dos superávits primários; enfrentar o desafio de uma verdadeira reforma tributária, com base nos princípios da progressividade e da justiça tributária; viabilizar recursos orçamentários para a tão decantada prioridade à educação pública de qualidade; desenvolver uma política industrial voltada à geração de empregos de qualidade, amparada em

um processo de inovação tecnológica e científica, sob controle de empresas brasileiras, são metas não somente possíveis, mas absolutamente necessárias ao nosso país.

Porém, para tanto, há de se derrotar o modelo econômico vigente e o pacto político que o sustenta. E onde se encontram as forças políticas capazes de levar à frente uma luta política dessa natureza?

Ao contrário, o que observamos é o fortalecimento, ainda maior, do atual pacto político hegemônico. A escandalosa articulação do “novo” PSD – para muitos, o partido do Serra e do DEM que quer se acertar com a base governista – é a prova cabal desse incrível fortalecimento do que, devemos nos lembrar, foi, no passado, a experiência de articulação do chamado Centrão, em pleno processo constituinte de 1987/88.

A dramática diferença é que, naquela ocasião, a liderança desse grupo era de um deputado paulista, Roberto Cardoso Alves, aquele do “é dando que se recebe”. Hoje, o lema é o mesmo. Mas, as iniciativas desse bloco passam pelo Palácio do Planalto e pela cúpula do partido de Lula, com a sua própria benção.

É a gerência desse pacto que nos leva à aventura da realização da Copa e das Olimpíadas, sob a ditadura das exigências de investimentos (e inúmeras irregularidades) que não respondem às nossas necessidades; é isso que explica a açodada ideia da concessão de aeroportos rentáveis à iniciativa privada; é isso que explica a manutenção dos juros altos e do arrocho fiscal que deprimem o investimento público; é isso que explica o inexplicável.

\* Paulo Passarinho é economista e membro do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

# Contribuição para o déficit de soberania

■ Paulo Metri\*

**E**m romances policiais, é comum encontrar-se a descrição de casos de pessoas com múltiplas personalidades. Incomum é encontrar, na ficção ou no mundo real, casos de governos com múltiplas posturas. Entretanto, o governo brasileiro sofre, e não é de hoje, deste quadro patológico, pois algumas de suas áreas são nacionalistas, enquanto outras não se opõem à entrega de nossas riquezas com pouco ganho para a sociedade brasileira.

A publicação oficial *Estratégia Nacional de Defesa* e outros documentos do Ministério da Defesa, inclusive palestras proferidas pelo Ministro, mostram a importância de termos Forças Armadas bem equipadas e com seu pessoal bem treinado para defender nossa sociedade, incluindo proteger nossas riquezas. Assim, as ações deste Ministério aumentam nosso grau de soberania, pois possibilitam a escolha das melhores opções para nossa sociedade, sem termos que aceitar imposições de nações militarmente mais fortes. O Brasil não precisa se equipar para ser uma das nações com forte poder de agressão, mas precisa ostentar um poder dissuasório razoável, porque temos o pré-sal e di-



versos outros minerais, os dois maiores mananciais de água doce do planeta, terras agriculturáveis disponíveis com ideal índice de insolação, parque industrial etc.

Entretanto, outros órgãos do governo brasileiro parecem pertencer a governos estrangeiros, pois tomam decisões contra nossos interesses, satisfazendo os interesses de outros países. Refiro-me ao Ministério das Minas e Energia (MME), que acaba de comunicar a realização, em setembro do presente ano, da 11ª rodada de leilões de áreas do território nacional para a exploração de petróleo. Esta decisão satisfaz aos governos de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Itália e outros, que precisam desespe-

radamente da garantia de suprimento deste energético para não terem um “apagão” nas suas economias, assim como satisfaz às petrolíferas estrangeiras, à medida que elas não diminuem suas receitas, pois, hoje, detêm somente 7% das reservas mundiais.

A 11ª rodada de leilões, a ser promovida pelo braço do MME, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), será realizada sob os ditames da lei 9.478, aprovada durante o governo FHC, que resulta nos contratos de concessão. Estes contratos de 30 anos são danosos para nossa sociedade porque, quando a Petrobrás não ganha uma área nos leilões, o petróleo existente na área passa a pertencer às empresas estrangeiras ganhadoras, que podem fazer dele o que quiserem e nenhuma delas quer abastecer o mercado brasileiro. Todas vão exportar suas produções.

Estou me atendo às áreas marítimas, porque nelas estão os grandes campos e, também, os grandes investimentos. Sobre os campos terrestres, uma outra análise pode ser feita. Não falo de empresas privadas nacionais em áreas marítimas porque, em primeiro lugar, não tenho segurança de que não sejam testas-de-ferro de empresas do exterior e, também, porque as privadas

nacionais são bem menos expressivas que as estrangeiras e a Petrobrás.

Além disso, a empresa ganhadora do leilão, se estrangeira, remete o lucro extraordinário do negócio para o exterior, paga valor mínimo de tributos ao país, quando comparado com o contrato de partilha, emprega poucos brasileiros, desenvolve nenhuma tecnologia aqui e compra quase nada localmente. A ANP argumenta para lançar esta rodada que é necessário aumentar a área que está sendo explorada do território nacional, como se o fato de aumentar esta área, não importando de que forma, fosse necessariamente benéfico.

Resumindo, cada rodada de áreas do nosso território deste tipo é uma contribuição para a diminuição do nosso grau de soberania, ou seja, no estágio atual, ajuda a aumentar o déficit de soberania brasileira. Obviamente, estamos supondo que existe uma forma de medição do grau de soberania de um país. Se continuar esta dicotomia no nosso governo, em dez ou mais anos, teremos Forças Armadas muito bem armadas e treinadas garantindo, soberanamente, o roubo das nossas riquezas.

\* Paulo Metri é conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros.

## Corecon-RJ abre inscrições para Prêmio de Monografia

■ O Corecon-RJ recebe até 17 de junho inscrições para o prestigioso Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. Instituído em 1990, o concurso tem como objetivo premiar os melhores trabalhos de conclusão do curso de graduação em Economia de estudantes das instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

Podem concorrer os cinco melhores trabalhos de cada instituição, apresentados no primeiro e segundo semestres de 2010. Cabe ao responsável na

universidade ou faculdade selecionar os trabalhos e solicitar através de ofício a inscrição junto ao Conselho.

Os estudantes vencedores fazem jus a prêmios em dinheiro e terão um resumo de suas monografias publicado no *JE*. A cerimônia de premiação está marcada para

12 de agosto, véspera do Dia do Economista, data que ainda precisa ser confirmada.

O regulamento do prêmio está no sítio [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br).

## Agenda de cursos para 2011

### Maio

- Curso de estatística para concursos - 24 de maio a 26 de julho.
- Economia Industrial: teoria e aplicações para o caso brasileiro - 27 de maio a 5 de agosto.

### Junho

- Análise de séries temporais - 30 de junho a 18 de agosto.

### Julho

- Finanças públicas no Brasil - 1º de julho a 19 de agosto.
- Trigonometria e Geometria Analítica - 18 de julho a 19 de setembro.
- Contabilidade ambiental - 25 de julho a 4 de agosto.

### Agosto

- Regulação Econômica com foco na Indústria de Gás Natural - 2 de agosto a 4 de outubro.
- Regulação econômica e defesa da concorrência: teoria e aplicações para o caso brasileiro - 5 de agosto a 7 de outubro.
- Matemática Financeira: Aplicações - 26 de agosto a 28 de outubro.
- Língua portuguesa para concursos - 27 de agosto a 15 de outubro.

### Setembro

- História da Análise Macroeconômica - 22 de setembro a 10 de novembro.

### Outubro

- Teoria dos Jogos - 6 de outubro a 8 de dezembro.
- Economia da Energia - 11 de outubro a 13 de dezembro.

Informações completas e inscrições na página [www.economistas.org.br](http://www.economistas.org.br)  
Telefones 2103-0118 e 2103-0119

## BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	JAN A MAR/10	JAN A MAR/11	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/10	JAN A MAR/11
ATIVO FINANCEIRO	5,190,475.88	5,860,578.27	PASSIVO FINANCEIRO	301,374.53	189,213.08
DISPONÍVEL	557,186.86	557,385.72	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	4,499,587.69	5,176,965.92	CONSIGNAÇÕES	6,051.99	7,467.41
REALIZÁVEL	96,300.79	88,826.09	CREDORES DA ENTIDADE		
RESULTADO PENDENTE	37,400.54	37,400.54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	295,322.54	181,745.67
ATIVO PERMANENTE	14,411,286.52	15,838,984.31	RESULTADO PENDENTE	-	-
BENS PATRIMONIAIS	1,480,978.37	1,504,462.70	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR		
VALORES	1,117.64	1,117.64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	19,300,387.87	21,510,349.50
CRÉDITOS	12,929,190.51	14,333,403.97			
TOTAL GERAL	19,601,762.40	21,699,562.58	TOTAL GERAL	19,601,762.40	21,699,562.58

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/10	JAN A MAR/11		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2,250,611.15	2,410,101.78	ANUIDADES	159,490.63	7.1
PATRIMONIAL	54,488.44	70,635.00	PATRIMONIAL	16,146.56	29.6
SERVIÇOS	34,236.81	42,638.99	SERVIÇOS	8,402.18	24.5
MULTAS E JUROS DE MORA			MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	124,685.70	180,075.14	DÍVIDA ATIVA	55,389.44	44.4
DIVERSAS	187,892.06	168,274.52	DIVERSAS	(19,617.54)	-10.4
TOTAL GERAL	2,651,914.16	2,871,725.43	TOTAL GERAL	219,811.27	8.3
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	645,164.50	674,500.91	DE CUSTEIO	29,336.41	4.5
PESSOAL	351,678.70	368,020.24	PESSOAL	16,341.54	4.6
MATERIAL DE CONSUMO	8,533.23	8,694.48	MATERIAL DE CONSUMO	161.25	1.9
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	284,952.57	297,786.19	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	12,833.62	4.5
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	488,616.35	535,317.65	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	46,701.30	9.6
DESPESAS DE CAPITAL	4,569.74	19,180.44	DESPESAS DE CAPITAL	14,610.70	319.7
TOTAL GERAL	1,138,350.59	1,228,999.00	TOTAL GERAL	90,648.41	8.0
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1,513,563.57	1,642,726.43	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	129,162.86	8.5

# Saúde Pública

**F**alta de leitos, filas de espera, precariedade das instalações... As reclamações do povo são os retratos da realidade, independentemente do quanto está sendo gasto e de quem está financiando a saúde.

Para comemorar o Dia Mundial da Saúde – 7 de abril – o FPO convidou o médico e vereador da capital Paulo Pinheiro e o também médico e diretor-presidente da instituição Viramundo, Flávio Wittlin, para debater a saúde pública.

Na abertura do evento, o FPO divulgou os dados orçamentários a níveis municipal e estadual sobre a Função Saúde, a origem dos recursos financiadores da saúde, o cumprimento do limite mínimo constitucional<sup>1</sup> e como os recursos são geridos para questionar: Será que recursos destinados à saúde estão sendo disponibilizados na forma da lei pelo governo? O que pode ser feito para viabilizar um sistema de saúde de qualidade?

## O debate

O debate convergiu para a atenção entre a quantidade de recursos destinados ao setor versus a qualidade dos serviços prestados.

Para o vereador Paulo Pinheiro, o governo estadual só consegue cumprir a aplicação mínima dos recursos públicos em saúde porque considera questionáveis despesas, aproveitando-se da falta de regulamentação da Emenda Constitucional n.º.29/2000, que definiria o conceito da despesa em saúde. Com a autoridade de quem já foi diretor de um dos mais importantes hospitais públicos o vereador arrematou:

*É sob esse cenário que os go-*

*vernos do estado e do município vêm seguindo a tendência de “privatizar” a saúde, isto é, a entrega da gestão de unidades públicas de saúde às cooperativas e/ou Organizações Sociais (a despeito do uso exclusivo de recursos públicos). Estas, entretanto, nem sempre estão preparadas para gerir as unidades que lhes são entregues e para atender à demanda exigida e necessária.*

O médico Flávio Wittlin abordou o efeito da predominância do modelo biomédico. Segundo ele, esse modelo vigora há mais de cem anos e é focado na doença e na especialidade médica. Tal modelo não prioriza a saúde preventiva, e sim o tratamento remediado, colaborando para o surgimento da medicina corporativa, baseada nos lucros. Isso gera uma tendência de privatização da saúde, apoiada pela grande mídia.

## Município do Rio de Janeiro Função Saúde<sup>2</sup>

A Função Saúde vem perdendo espaço nas despesas totais do município, passando de 19% em 2002 para 15,6% em 2010. A evolução desse percentual pode ser

visto no Gráfico 1, que também apresenta uma comparação entre a dotação prevista e gasto liquidado para os anos em questão.

Cabe destacar a grande diferença entre o montante previsto e a quantia liquidada em 2005 que se deve à intervenção federal<sup>3</sup> na saúde do município do Rio de Janeiro. É possível ainda se depreender do Gráfico 1 que nos últimos sete exercícios a dotação autorizada é maior que a realizada. Ou seja, o nível do valor gasto em Saúde foi reduzido devido a uma decisão governamental e não por uma falta de autorização legal.

## Limite Constitucional

A Emenda Constitucional n.º.29/2000 foi criada com intuito de impor um limite mínimo da arrecadação da receita de impostos em serviços de saúde.

O gráfico 2 explicita o cumprimento deste mínimo estabelecido em todos os exercícios analisados, entretanto, esse gasto social sofreu (sofre) vários percalços.

É válido ressaltar que a EC 29/2000 previu a aplicação gradual do limite mínimo, somente a partir de 2004 o patamar exige 15%.

Nos pareceres do Tribunal

de Contas do Município (TCM) referentes às Prestações de Contas de 2002 a 2009, pode-se verificar a existência de fraude<sup>4</sup> na contabilidade do Quadro Demonstrativo da EC 29/2000.

## Despesas sem prévio empenho

A lei geral do orçamento público (Lei n.º 4.320 de 17/03/1964) veda, em seu artigo 60, a realização de despesa sem o prévio empenho com o intuito de garantir a lisura no gasto público.

Porém, tal procedimento vem se repetindo durante sucessivos anos no Rio de Janeiro, apesar das advertências do TCM em seus pareceres. A tabela 1 explicita o valor desta ilegalidade de 2004 a 2009.

Em 2004, por exemplo, caso essas despesas ilegais fossem abatidas da quantia aplicada em saúde o limite ficaria abaixo do mínimo de 15% (13,6%).

No ano de 2009, foram feitos 266 termos deste tipo de despesa, sendo que 75 (totalizando R\$ 13 milhões) referem-se à Mediscalcoop – Cooperativa de Assistência Médica Ltda. Desde 2006, a secretaria celebrou, com essa mesma cooperativa, 264 termos tirando o caráter extraordinário que essas despesas poderiam ter.

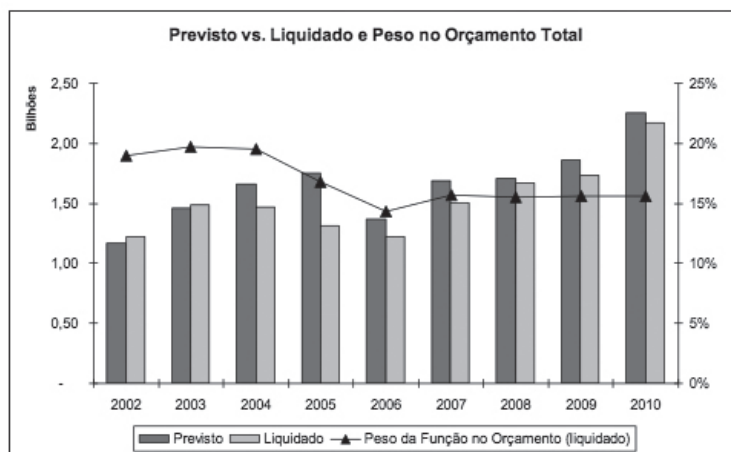
## Terceirização

Em 2008 foram gastos R\$ 394 milhões com Serviços de Terceiros, em 2009 R\$ 498 milhões e em 2010 R\$ 488 milhões. Tais montantes comprovam a tendência da Prefeitura em transferir a sua responsabilidade com a saúde pública para as Organizações Sociais.

## Quem financia a Saúde carioca?

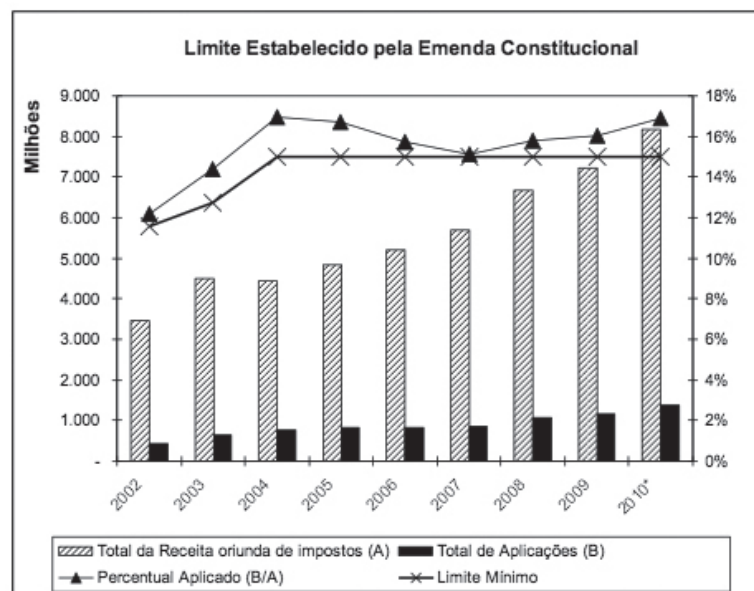
A Saúde é financiada pelo Tesouro Municipal, por repasses dos Fundos de Saúde (Nacio-

Gráfico 1



Fonte: Prestações de Contas de 2002 a 2010.

**Gráfico 2**



Fonte: Parecer do TCM-RJ (2002-2009). \* Prestação de Contas 2010.

nal e Estadual) e por convênios. Sendo que a maior parte dos recursos são próprios (54,7%, em 2009). O Fundo Municipal de Saúde (FMS) é o instrumento de suporte financeiro para o desenvolvimento das ações.

**Estado do Rio de Janeiro**

Apesar de a Função Saúde configurar-se entre as maiores despesas do governo estadual – para 2011 é a 5ª maior despesa ficando atrás de Segurança Pública, Educação, Previdência

Social e Encargos Especiais – constata-se que quantidade não é sinônimo de qualidade.

O orçamento previsto para mais de R\$ 4 bilhões em 2011 está dividido em: 38% para pagamento de Pessoal e Encargos Sociais; 54% para Outras Despesas Correntes; 4,8% para os Investimentos e, estranhamente, 3% para Juros e Amortização da Dívida.

Sim, no Estado do Rio de Janeiro, o pagamento da Dívida é considerado como gasto em Saúde Pública!

**Tabela 2**

Ano	Dotação Inicial	Desp. Liquidada
2011	120.000.000	47.034.236*
2010	120.000.000	96.525.073
2009	86.426.508	86.426.506
2008	91.159.284	90.729.691
2007	102.960.276	94.588.593
2006	114.141.705	89.411.319
2005	129.804.254	112.954.655
2004	181.515.900	121.835.496
2003	0	10.500.057
TOTAL	946.007.927	750.005.627

\*até abril de 2011

É preciso recordar que, nas definições orçamentárias, o gasto em uma função governamental está relacionado com a missão institucional de um órgão. Já a Função Encargos Especiais foi criada para englobar as despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

Contudo, a Lei estadual nº. 4.167/2003 autoriza o governo a incluir, no orçamento do Fundo Estadual de Saúde (FES), uma série de despesas, inclusive as Decorrentes dos Contratos de Financiamento – Programa de Saneamento Básico (amortização do financiamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara).

Assim, desde 2003 já foram pagos, via FES, mais de R\$ 750 milhões, conforme detalha a tabela 2.

Se desconsiderarmos o volume de recursos da Saúde desviados para o pagamento da dívida estadual, o Rio de Janeiro não alcança o mínimo constitucional de 12% em 2010 (11,8%) e, provavelmente, em 2011 (11,5%), se as dotações da Lei Orçamentária vigente forem efetivadas.

**Considerações finais**

O debate e os números evidenciaram que os problemas da Saúde Pública não estão relacionados somente com o montante gasto. Aliás, a ausência de legislação pertinente abre espaço para que gastos não relacionados à Saúde sejam contabilizados como tal. Outro problema detectado é o insistente uso irregular do procedimento de efetivar despesas sem o prévio empenho. Além disso, o governo se omite do papel de gestor e assume um caráter fiscalizador ao

**Tabela 2**

Despesas sem prévio empenho	
2004	R\$ 152.442.260,00
2005	R\$ 30.620.362,10
2006*	-
2007	R\$ 4.243.033,85
2008	R\$ 17.310.506,01
2009	R\$ 24.192.165,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 228.808.327,56</b>

\*Não foi possível para o TCM apurar esse valor. (TCM 2006, pág. 26). Fonte: Parecer Prévio TCM 2004 - 2009

terceirizar, através das Organizações Sociais, a administração de unidades públicas. Sendo que na esfera municipal fere-se a Lei n.º 5.026, que proíbe esse tipo de gestão em unidades já existentes.

Enfim, o caminho para uma Saúde Pública de qualidade passa pela premente regulamentação da EC 29/2000; administração pública e transparente das unidades de atendimento, com valorização do profissional concursado; ampliação dos investimentos (instalações e equipamentos) para aumento da oferta dos serviços; e crescente fiscalização parlamentar e popular do uso dos recursos. Entretanto, urge discutir também o modelo biomédico vigente para se privilegiar a prevenção ao invés da doença.

1 Emenda Constitucional nº 29/2000 (EC 29/2000) que prevê a aplicação de % mínimo das receitas oriundas de impostos em ações e serviços de saúde, sendo 12% para os estados e 15% para os municípios.

2 A classificação funcional (função saúde, educação, cultura etc.) é o maior nível de agregação de despesas das áreas de atuação do setor público.

3 A União reconheceu, em março de 2005, que a saúde carioca estava em estado de calamidade. Neste ano a Prefeitura perdeu a gestão plena do SUS e o controle de alguns hospitais da cidade, logo, muitas despesas previstas não foram liquidadas.

# ENCONTRO DE ECONOMISTAS DO SUDESTE

**DIA: 15/6/11**

## **ABERTURA DO ENCONTRO**

Hora: 18h30 às 19h05

**Local: Auditório da FIRJAN\* -**

**Av. Graça Aranha, nº 01 - Centro - Rio de Janeiro-RJ**

### **Oradores:**

Economista: Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari –  
Presidente do CORECON-ES

Economista: Cândido Luiz de Lima Fernandes –  
Presidente do CORECON-MG

Economista: Heron Carlos Esvaldo do Carmo –  
Presidente do CORECON-SP

Economista: João Paulo de Almeida Magalhães –  
Presidente do CORECON-RJ

Economista: Waldir Pereira Gomes –  
Presidente do COFECON

Engenheiro: Carlos Mariani Bittencourt –  
Vice-Presidente da Firjan

### **Debate: A FUNÇÃO SOCIAL DO ECONOMISTA E SEU PAPEL NO SÉCULO XXI**

Hora: 19h10 às 21h30

#### **O que deve ser abordado:**

A formação do economista, o economista e seu mercado de trabalho, incluindo um painel sobre as escolas de Economia do Sudeste, rediscussão do papel do economista no contexto concreto do mundo do século XXI.

#### **Debatedores:**

**RUBENS SAWAYA**, Professor do Depto de Economia da PUC-SP e FACAMP, vice-presidente da ANGE e ex-vice-presidente da SEP, autor do livro "Subordinação Consentida", ed. Fapesp/Annablume, 2006. É diretor da Insight Consultoria Econômica

**LEDA PAULANI**, Professora Titular do Depto de Economia da FEA-USP e da Pós Graduação em Economia do IPE-USP

**ALEXANDRE OTTONI TEATINI SALLES**, PhD em Economia, Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós Graduação em Economia da UFES

**Moderador: MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI** –  
Presidente CORECON-ES

**Dia: 16/6/11**

### **Debate: DESINDUSTRIALIZAÇÃO E REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Hora: 09h30 às 12h30

#### **O que deve ser abordado:**

- Qual é a amplitude e a profundidade dos processos de desindustrialização e reprimarização
- Quais as causas desse processo
- Quais as implicações para o desenvolvimento de longo prazo do país
- A questão cambial
- Os donos do poder econômico e político no Brasil ainda são os mesmos?

#### **Debatedores:**

**ANTONIO CORRÊA DE LACERDA**, Professor da PUC-SP, doutor pelo IE/Unicamp e Ex-Presidente do COFECON

**ALEXANDRE COMIN**, Doutor em Economia pelo IE/Unicamp e Diretor do Decoi/SDP/MDIC

**EDUARDO COSTA PINTO**, Pesquisador do IPEA e Doutor em Economia pela UFRJ

**Moderador: JOSÉ DUTRA VIEIRA** -  
Vice-Presidente CORECON-SP

### **Debate: VULNERABILIDADE EXTERNA E ESTRUTURAL DO BRASIL**

Hora: 14h30 às 17h30

#### **O que deve ser abordado:**

- Vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural, divergência e convergência
- Questão produtiva e tecnológica
- Vulnerabilidade externa estrutural comercial e financeira

#### **Debatedores:**

**REINALDO GONÇALVES**, Professor titular da UFRJ

**JOSÉ CARLOS BRAGA** - Professor Livre-Docente do Instituto de Economia da Unicamp, autor do livro: Temporalidade da Riqueza - teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo. Pós-Doutorado pela University of California, Berkeley, USA

**CARLOS SIDNEI COUTINHO**, Vice-Presidente do CORECON-MG, Professor Doutor UFMG

**Moderador: AUGUSTO FRANCO ALENCAR** –  
Diretor Geral do Sistema Firjan

**Dia 17/6/11**

### **Debate: INFLAÇÃO E CRESCIMENTO**

09h30 às 12h30

#### **O que deve ser abordado:**

- Índices de preços no Brasil - validação e novos índices
- Inflação agrícola

#### **Debatedores:**

**JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES**,  
Doutor em Economia pela Universidade de Paris I,  
Presidente do Corecon-RJ e Professor titular da UFRJ

**HERON CARLOS ESVAEL DO CARMO**, Economista,  
Prof. Doutor pela FEA/USP - Presidente do CORECON-SP

**JOSÉ EUSTÁQUIO RIBEIRO VIEIRA FILHO**, Pesquisador  
do IPEA e Professor da UnB

**Moderador: CÂNDIDO LUIZ DE LIMA FERNANDES** –  
Presidente CORECON-MG

\* Todos os debates ocorrerão no mesmo local.